



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## Interpelação Oral

Em Macau, é lento o desenvolvimento do Governo Electrónico. Apesar do aumento anual dos tipos de serviços electrónicos do Governo e de, para além de se poder fazer o *download* de formulários e de acompanhar a situação dos pedidos, já ser possível proceder ao requerimento de documentos através da internet, ainda é necessário ter de ir pessoalmente aos serviços envolvidos para finalizar as formalidades concretas de requerimento e autorização, o que implica que o pleno processo electrónico ainda está por concretizar. Mais, os residentes ainda não conseguem recorrer a uma única conta electrónica para requerer serviços de diferentes entidades públicas, e há limitações relativamente grandes no âmbito da certificação electrónica. A questão mais grave é que ainda não há partilha de informações e de dados entre os diferentes serviços públicos, e até o sistema que usam não é igual, o que impossibilita aos residentes a partilha de informações, a minimização do incómodo e a poupança de tempo e, ainda, se precisarem de apresentar um requerimento a diferentes serviços públicos, têm de entregar, repetidamente, os mesmos documentos.

Em Novembro do ano passado, o Director dos Serviços de Administração e Função Pública, Kou Peng Kuan, afirmou que a promoção do desenvolvimento do Governo Electrónico exigia apoio ao nível de técnicas e serviços, envolvendo também a questão do suporte jurídico. Acrescentou que se ia proceder em breve a uma consulta interna, para se apresentar, neste ano,



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

a devida proposta de lei. A consulta tem como objectivo propor a disponibilização de uma base jurídica para a abertura de uma conta única individual junto do Governo e para os serviços de assinatura electrónica.

Para pôr em prática, de forma efectiva, os objectivos governativos do “desenvolvimento sustentado do Governo Electrónico” e do “reforço da cooperação interdepartamental”, o Governo deve, na âmbito do Governo Electrónico, melhorar o planeamento e os requisitos definidos, impulsionando a interconexão de informações dos diversos serviços públicos e elevando a eficácia administrativa dos mesmos, em prol de facilitar, verdadeiramente, a vida dos residentes.

Interpelo, então, o Governo sobre o seguinte:

1. Refere-se, no Relatório das LAG para este ano, que a proposta de regulamentação do Governo Electrónico será concluída de acordo com os resultados da respectiva consulta. Mais, vai ser estudado um enquadramento geral adequado ao desenvolvimento a longo prazo do Governo Electrónico da RAEM e um mecanismo de coordenação, para o trabalho geral do Governo Electrónico da RAEM se desenvolver de forma unificada e coordenada. Qual vai ser a calendarização para a concretização dessas tarefas?
2. A transformação de documentos em documentos electrónicos e a sua



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

interconexão contribuem para simplificar os procedimentos dos serviços e elevar a eficácia. Mas os chamados serviços electrónicos de muitos serviços públicos aderem a um modelo básico, por exemplo, o recurso a *scanning* para a transformação de documentos escritos em electrónicos, ao invés de materializar um pleno processo electrónico, que envolva a formação, o envio, a assinatura, a autorização, a consulta e a gravação de documentos. No mês passado, o Governo afirmou que a primeira fase da transformação de documentos de certificação em documentos electrónicos ia ser levada a cabo naquele ano. Qual é a situação dessa implementação? Qual é a situação respeitante à transformação de documentos em documentos electrónicos e à interconexão de informações entre os diversos serviços públicos?

3. A conta electrónica e os serviços de certificação são etapas relevantes no âmbito da promoção do Governo Electrónico. Desde 2005, os serviços de *e-SignTrust*, disponibilizados pelos Serviços de Correios e Telecomunicações, incluem os serviços de autenticação e gestão de identidade para pessoas singulares, organizações e entidades governamentais. Em 2009, o Governo implementou o ePass, para os seus utentes poderem recorrer, de forma segura e efectiva, a uma conta para acesso aos serviços electrónicos disponibilizados pelos diversos serviços públicos. Entretanto, registaram-se aspectos insatisfatórios na prática. Por exemplo, actualmente, o ePass inclui apenas alguns serviços prestados pelo Governo, assim, o seu alcance é muito estreito. Depois, devido ao



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

“Concurso de gestão uniformizada”, foi aberta, especialmente, a “conta de acesso ao serviço público”, o que se traduziu numa duplicação. Na resposta a uma interpelação escrita, a Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, em Janeiro do ano passado, refere que, como o ePass ainda não dispõe de serviço personalizado e de suporte jurídico, não consegue satisfazer totalmente as exigências do desenvolvimento de um serviço personalizado, muito importante para os assuntos do governo electrónico. Desde a implementação dos serviços ePass e *e-Sign Trust* até hoje, qual é a situação respeitante ao seu aproveitamento pelos residentes e ao investimento de recursos? Já se procedeu a um balanço para o aperfeiçoamento das deficiências técnicas? A par do ePass, foi criada ainda a “conta de acesso ao serviço público”. Porquê? Qual é a relação entre as duas? Vão ser alvo de fusão?

19 de Janeiro de 2018

**A Deputada à Assembleia Legislativa da  
Região Administrativa Especial de Macau,  
Lei Cheng I**